



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

05 de julho de 2017



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 5 / 07 / 2017	Página 3	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

FALECIMENTO DA PROCURADORA

O Ministério Público do Maranhão, por meio do procurador-geral de justiça Luiz Gonzaga Martins Coelho, comunica o falecimento, na madrugada desta terça-feira, 4, da procuradora de justiça aposentada Ilzé Vieira de Melo Cordeiro, aos 83 anos de idade.

Com 44 anos de serviços prestados à Instituição, a procuradora de justiça Ilzé Vieira de Melo Cordeiro exerceu suas atividades ministeriais, a partir do ano de 1960, nas comarcas de Colinas, Balsas, Arari, Presidente Dutra, Alto Parnaíba, Grajaú, Imperatriz e São José de Ribamar.

Chegou à capital em 1979, tendo sido promovida por merecimento, para o cargo de procuradora de justiça em 1982. Integrou por duas vezes o Conselho Superior do Ministério Público do Maranhão como titular.

Foi Corregedora-geral do MPMA no biênio 1991-1993.

Ilzé Vieira de Melo Cordeiro aposentou-se da carreira ministerial em 14 de janeiro de 2004.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 15 / 07 / 2017	Página 41		

Humberto Coutinho recebe visita do procurador-geral Luiz Gonzaga Martins

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Humberto Coutinho (PDT), recebeu, ontem (4), visita de cortesia do procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins, pelo seu retorno ao comando da Casa após passar um período afastado para tratamento de saúde. Na ocasião, o procurador-geral entregou ao presidente um projeto de lei, que tem como objetivo melhorar a prestação dos serviços da instituição.

Luiz Gonzaga Martins destacou a parceria e a relação harmônica entre os dois Poderes, apesar de serem independentes entre si. A visita de cortesia também foi acompanhada pela entrega de um projeto de lei, aprovado recentemente pelo Colégio de Procuradores, que visa avançar na prestação correta dos serviços da Procuradoria.

“Foi instalada recentemente uma comarca em uma Vara nas cidades de Açailândia e Buriticupu. Lá temos dois juízes para um promotor e, por isso, queremos fazer essa adequação, assim como a criação de uma Promotoria Regionalizada de Defesa da Ordem Tributária e Combate à Sonegação Fiscal na Região Tocantina e Região dos



Cocais”, completou.

Humberto Coutinho agradeceu a visita e colocou a Assembleia Legislativa à disposição da Procuradoria Geral de Justiça.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA 5 / 07 / 2017	Página 5	<input type="checkbox"/> Gerada <input checked="" type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Presidente Humberto Coutinho recebe visita do procurador-geral Luiz Gonzaga Coelho

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Humberto Coutinho (PDT), recebeu, nesta terça-feira (4), uma visita de cortesia do procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Coelho, pelo seu retorno ao comando da Casa após passar um período afastado para tratamento de saúde. Na ocasião, o procurador-geral também entregou ao presidente um projeto de

lei, que tem como objetivo melhorar da prestação dos serviços da instituição.

Luiz Gonzaga destacou a parceria e a relação harmônica entre os dois Poderes, apesar de serem independentes entre si. A visita de cortesia também foi acompanhada pela entrega de um projeto de lei, aprovado recentemente pelo Colégio de Procuradores, que visa avançar na pres-

tação correta dos serviços da Procuradoria.

"Foi instalada recentemente uma comarca em uma Vara nas cidades de Açailândia e Buriticupu. Lá temos dois juízes para um promotor e, por isso, queremos fazer essa adequação, assim como a criação de uma Promotoria Regionalizada de Defesa da Ordem Tributária e Combate à Sonegação Fiscal na Região

Tocantina e Região dos Coais", completou.

O presidente Humberto Coutinho agradeceu a visita e colocou a Assembleia Legislativa à disposição da Procuradoria Geral de Justiça. "Agradeço a visita do procurador-geral Luiz Gonzaga e que as instituições mantenham sempre essa relação de harmonia em prol da população", disse.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia	
DATA 05/07 / 2017		Página 03	
		<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

MPMA solicita realização de concurso público em município

Edital do certame licitatório deve contemplar todos os cargos efetivos que estão, atualmente, ocupados por contratos precários; também foi ajuizada ação por ato de improbidade contra o ex-prefeito

MIRANDA DO NORTE

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) ingressou com Ação Civil Pública, em 25 de junho, contra o Município de Miranda do Norte, para que sejam adotadas providências para a realização de concurso público.

O edital do certame licitatório deve contemplar todos os cargos efetivos que se encontram, atualmente, ocupados por contratos precários. As duas medidas devem ser tomadas no prazo de 60 dias.

Em caráter liminar, foi requerida a não realização de novas admissões sem concurso, com exceção dos casos previstos em lei.

Ao MPMA deve ser encaminhado o cronograma contendo os prazos para a realização do concurso público e, após a homologação, deve ser providenciada a nomeação dos aprovados e a extinção de todos os contratos firmados de forma irregular.

Foi sugerida a aplicação de multa pessoal ao prefeito no valor de R\$ 5 mil por dia de atraso, em

IMPROBIDADE

Em razão de não ter tomado as devidas providências para regularizar o quadro de servidores municipais, mesmo depois de várias cobranças do MPMA, a 1ª Promotora de Justiça da Comarca de Itapecuru-Mirim solicitou à Justiça a condenação do ex-prefeito de Miranda do Norte José Lourenço Bonfim Júnior, conforme o inciso III, artigo 12, da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), cujas penalidades previstas são perda da função pública, suspensão dos direitos políticos por cinco anos, pagamento de multa no valor de 100 vezes a quantia da remuneração recebida pelo ex-prefeito e a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios pelo prazo de três anos.

caso de descumprimento de qualquer item dos pedidos.

No mesmo dia, foi ajuizada Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa contra o ex-prefeito de Miranda do Norte José Lourenço Bonfim Júnior, por ele não ter tomado, em seu mandato, as devidas providências para regularizar o quadro de servidores municipais.

Formulou as Ações Cíveis Públicas a promotora de justiça Flávia Valéria Nava Silva, da Comarca de Itapecuru-Mirim, da qual Miranda

do Norte é termo judiciário.

Sem concurso

Na primeira ação, a representante do Ministério Público enfatizou que a Prefeitura de Miranda do Norte realiza constantemente processos seletivos para contratação de servidores para ocuparem cargos que deveriam ser preenchidos por concurso público. O último certame foi realizado em 2008.

Em 2009, o MPMA cobrou do Município, por meio de Reconven-

tação, a exoneração de servidores sem concurso e a substituição pelos aprovados no certame de 2008. Posteriormente, uma nova Reconvenção foi expedida com a mesma finalidade.

Ano passado, após representação do Sindicato dos Servidores Públicos de Miranda do Norte (Sindsem), o MPMA realizou duas inspeções em órgãos da Prefeitura que atestaram a existência de diversos servidores contratados sem concurso público.

Em audiência realizada, em junho de 2016, com o então prefeito José Lourenço Bonfim, foi esclarecida mais uma vez a necessidade de realização de concurso para suprimento de cargos municipais vagos. Mas nada foi resolvido.

A promotora de Justiça Flávia Nava Silva apontou que, mesmo depois de transcorrida a sucessão municipal, o atual prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort, pertencente ao grupo político do ex-prefeito, não tomou qualquer providência para regularizar o quadro de servidores públicos do Município. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>ESTAD</i>
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA <i>5 / 07 / 2017</i>	Página <i>6</i>	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Miranda do Norte MPMA solicita realização de concurso público para o Município

O Ministério Público do Maranhão (MPMA) ingressou com Ação Civil Pública, em 28 de junho, contra o Município de Miranda do Norte, para que sejam adotadas providências para a realização de concurso público. O edital do certame licitatório deve contemplar todos os cargos efetivos que se encontram, atualmente, ocupados por contratos precários. As duas medidas devem ser tomadas no prazo de 60 dias.

Em caráter liminar, foi requerida a não realização de novas admissões sem concurso, com exceção dos casos previstos em lei.

Ao MPMA deve ser encaminhado o cronograma contendo os prazos para a realização do concurso público e, após a homologação, deve ser providenciada a nomeação dos aprovados e a extinção de todos os contratos firmados de forma irregular.

Foi sugerida a aplicação de multa pessoal ao prefeito no valor de R\$ 5 mil por dia de atraso, em caso de descumprimento de qualquer item dos pedidos.

No mesmo dia, foi ajuizada

Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa contra o ex-prefeito de Miranda do Norte José Lourenço Bonfim Júnior, por ele não ter tomado, em seu mandato, as devidas providências para regularizar o quadro de servidores municipais.

Formulou as Ações Cíveis Públicas a promotora de justiça Flávia Valéria Nava Silva, da Comarca de Itapecuru-Mirim, da qual Miranda do Norte é termo judiciário.

SEM CONCURSO

Na primeira ação, a representante do Ministério Público enfatizou que a Prefeitura de Miranda do Norte realiza constantemente processos seletivos para contratação de servidores para ocuparem cargos que deveriam ser preenchidos por concurso público. O último certame foi realizado em 2008.

Em 2009, o MPMA cobrou do Município, por meio de Recomendação, a exoneração de servidores sem concurso e a substituição pelos aprovados no certame de 2008. Posteriormente, uma nova Recomendação foi

Divulgação



O ex-prefeito José Lourenço Júnior teria deixado de adotar medidas para regularizar o quadro de servidores

expedida com a mesma finalidade. Ano passado, após representação do Sindicato dos Servidores Públicos de Miranda do Norte (Sindsem), o MPMA realizou duas inspeções em órgãos da Prefeitura que atestaram a existência de diversos servidores contratados sem concurso público.

Em audiência realizada, em junho de 2016, com o então prefeito José Lourenço Bonfim foi esclarecida mais uma vez a necessidade de realização de concurso para suprimento de cargos municipais vagos. Mas nada foi resolvido. A promotora de justiça Flávia

Nava Silva apontou que, mesmo depois de transcorrida a sucessão municipal, o atual prefeito Carlos Eduardo Fonseca Belfort, pertencente ao grupo político do ex-prefeito, não tomou qualquer providência para regularizar o quadro de servidores públicos do município.

“Todas as tentativas de sanar as irregularidades pela via administrativa, por meio de ofícios, recomendações, requisições ou audiências, foram esgotadas. Portanto, a necessidade de ajuizamento da presente ação”.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros ESTADO
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 5 / 07 / 2017	Página 6	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Fraude no transporte escolar motiva ação por improbidade administrativa

O Ministério Público do Maranhão pediu, em 28 de junho, a concessão de medida liminar para decretar a indisponibilidade de bens e valores no limite de R\$ 190 mil do ex-prefeito de Sucupira do Norte, Marcony da Silva Santos, e de outros acusados de fraudar licitação para transporte escolar. Além do ex-gestor, foram acionados por improbidade administrativa o ex-presidente da Comissão Permanente de Licitação, Hilton Rêgo da Costa; e os sócios da empresa Palmares Construções e Locações Ltda, Jairo Xavier Reis Carnib Filho e Thiago Henrique Costa Machado. O promotor de justiça Thiago de Oliveira Costa Pires, na Ação Civil de responsabilidade por ato de improbidade administrativa, solicitou ao Poder Judiciário a quebra do sigilo bancário de todas as contas da Prefeitura de Sucupira do Norte e da empresa Palmares Construções e Locações Ltda, nos anos de 2015 e 2016. Também foi pedida a condenação dos requeridos por improbidade administrativa.

INVESTIGAÇÃO

Ao investigar as deficiências do transporte escolar, a Promotoria de Justiça instaurou o Inquérito Civil nº 21/2016 e requisitou o envio da lista de todos os veículos que executavam a atividade e cópia dos contratos de prestação de serviço.

Em depoimento ao MPMA, prestado em 23 de junho de 2016, Marcony Santos afirmou que o Município havia contratado uma empresa para auxiliar na prestação do serviço de transporte escolar, com quatro ônibus, comprometendo-se a encaminhar a cópia do contrato no prazo de 30 dias.

Nenhum documento foi encaminhado, e o Ministério Público reiterou o pedido por meio de novo ofício. Em sua resposta, o ex-gestor apresentou a relação de quatro ônibus e cópia de licitação, realizada em 2015, resultando na contratação da Palmares Construções e Locações Ltda. O valor do pagamento mensal era de R\$ 19 mil, com valor total do contrato de R\$ 190 mil.

O MPMA avaliou os documentos e constatou que não haviam sido enviadas informações sobre o Renavam, cor, marca e ano dos automóveis a fim de identificá-los nas escolas. As informações foram requeridas, por meio de ofício, à empresa licitada. Nenhuma resposta foi dada.

Também foram verificados os dados da Palmares Construções e Locações no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados e descobriu-se que a empresa não possuía nenhum empregado formalmente contratado.

Além disso, constatou-se que a empresa, com sede em Itapecuru-Mirim, tem como ramo de atividade a venda de lotes, ou seja, sem qualquer relação com o transporte escolar, e que jamais forneceu veículo para atender os estudantes de Sucupira do Norte. No decorrer da investigação, o Ministério Público continuou recebendo diversas reclamações sobre problemas no transporte. O diretor da Escola Adonias Lucas de Lacerca, em depoimento à Promotoria de Justiça, informou que alunos do povoado Unha

de Gato compareceram às aulas apenas quatro vezes no mês de agosto do ano passado por falta de transporte escolar.

O Ministério Público também recebeu um vídeo mostrando alunos caminhando rumo à escola, em uma estrada de piçarra, por falta de transporte escolar.

Em seguida, a secretária de Educação foi ouvida e afirmou que o transporte era feito pelo irmão do prefeito e outros particulares, além de não ter contato com nenhum funcionário da Palmares ou qualquer informação sobre contrato da referida empresa com o Município de Sucupira do Norte.

O titular da Promotoria de Justiça de Sucupira do Norte destacou, na ação, que os agentes públicos responsáveis pelo processo licitatório fraudaram o certame e a contratação de um serviço que nunca existiu. "O intuito, obviamente, foi o de desviar os recursos dos cofres do município. Dinheiro que deveria ter sido destinado a um serviço essencial, qual seja, o transporte escolar dos alunos", avaliou.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 05 / 07 / 2017	Página 02	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Moradores de residencial protestam no Palácio dos Leões contra despejo

Área está em processo de desapropriação pelo Governo do Estado; moradores alegam não ter condições de pagar aluguel, nem de conseguir outra moradia

Cerca de 3 mil pessoas moram hoje no ResidencialIVALDO RODRIGUES, áreas invadidas e localizadas após a Cidade Olímpica, na periferia de São Luís, mas elas temem perder suas casas em uma ação de desapropriação. Na manhã de ontem, os moradores realizaram um protesto em frente ao Palácio dos Leões, sede do Governo do Estado, reivindicando a permanência na localidade.

De acordo com os manifestantes, no local onde eles estão no momento serão construídos empreendimentos residenciais do programa Minha Casa, Minha Vida, do Governo Federal. Em maio do ano passado, eles chegaram a ser retirados à força da região, mas poucos meses depois retornaram.

Protesto

Na manhã de ontem, os moradores do residencial foram até a sede do Executivo estadual, localizada na Praça Pedro II, reivindicar sua permanência e alegaram ser de baixa renda e não ter condições de encontrar moradia ou dispor de condições para pagar aluguel.

O protesto começou no início da manhã e se estendeu durante toda a dia. Os moradores carregavam faixas e cartazes que mostravam insatisfação com a política que está sendo desenvolvida pelo governo estadual. No fim da manhã, uma comissão de moradores foi formada para encontrar o secretário de Comunicação e Assuntos Políticos, Márcio Ferraz, no intuito de encontrar uma solução para o problema.

Preocupação

O Estado esteve no ResidencialIVALDO RODRIGUES e conversou com alguns moradores que mostraram preocupação com a possibilidade de perderem suas casas. A grande maioria das pessoas que moram no



Manifestantes chegaram na manhã de ontem ao Palácio dos Leões para protestar contra despejo



No ResidencialIVALDO RODRIGUES, casas são simples e moradores dizem não ter como comprar outros imóveis

local não ter trabalho fixo e sobreviver fazendo "bicos".

Uma dessas pessoas é Alim Silva. Ele conta que tem dois filhos e mensalmente consegue ganhar algo em torno de R\$ 500,00, que é o que garante seu sustento e o de suas crianças. "Só não a possibilidade de sair, já bate um desespero. Em vão de bicos e, fora isso, não tenho nada e nem condições de pagar um aluguel", disse ele, que veio do município de Aço Alegre do Piauí.

Ele mora a aproximadamente 400 km da capital maranhense, na tentativa de conseguir emprego na capital, mas até agora não obteve sucesso.

A aposentada Maria Pereira também vive drama semelhante ao das outras pessoas que estão no residencial. "Nós estamos aqui porque precisamos. Se nos colocarem para fora, não temos nenhum outro lugar para ir. Eu não sei como vai ser", lamentou.

O Governo do Estado foi procurado pela reportagem para se posicionarem a respeito das reivindicações dos moradores do ResidencialIVALDO RODRIGUES, mas até o fechamento desta página nenhuma resposta foi obtida. ●

VIDEO NA
VERSÃO DIGITAL
oestadoma.com



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 05 / 07 / 2017	Página 03	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

MPF investiga desvio de dinheiro da Educação de Bela Vista do Maranhão

Pelo menos cinco empresas são investigadas por fraudes em licitações do município de Bela Vista do Maranhão; caso foi denunciado pelo Bom Dia Brasil

RONALDO ROCHA
Da editoria de Política

O Ministério Público Federal investiga contratos de reforma e da compra de merenda escolar no município de Bela Vista do Maranhão. Segundo o MPF, pelo menos cinco empresas são alvo da investigação por fraudes em licitações. Bela Vista do Maranhão é administrada pelo prefeito Oriás de Oliveira Mendes (PCdoB). Ele foi reeleito em 2016. O caso foi mostrado na reportagem de Alex Barbosa, da TV Mirante, veiculada no Bom Dia Brasil.

De acordo com o procurador da República, Juraci Guimarães, as licitações para a aquisição de contratos de fornecimento de merenda escolar e para a melhoria da infraestrutura de escolas foram forjadas.

"Licitações que efetivamente não ocorreram, processos não apresentados quanto à fiscalização e que demonstram que foram forjadas para o desvio de recursos", explicou.

O procurador afirmou que desde 2013 - primeiro ano de mandato do prefeito comunista - quase R\$ 3 milhões foram gastos com obras mal executadas ou que jamais foram concluídas. Bela Vista do Maranhão tem 11 mil habitantes.

As fraudes no fornecimento da merenda escolar ocorreram em contratos firmados pela Prefeitura com a Associação dos Lavradores Agricultores do município.

No portal QCNPI - que filtra informações de entidades registradas por meio de CNPJ em todo o território nacional -, Edvan Marques de Sousa aparece como presidente da entidade. Ele sequer seria agricultor.

Na reportagem, o suposto presidente da associação, que é dono de



Fotos Reprodução

Após gastos de milhões, escola em Bela Vista, no interior do Maranhão, continua com obra inacabada



“Licitações que efetivamente não ocorreram, processos que não foram apresentados quanto à fiscalização e que demonstram que foram forjadas para o desvio desses recursos públicos”

JURACI GUIMARÃES, procurador da República

O prefeito Oriás de Oliveira foi reeleito pelo PCdoB

Dia Brasil mostrou que obras catalogadas pela Prefeitura como concluídas jamais chegaram a ser efetuadas pela administração pública.

Algumas das escolas receberam cenzas de madeira - no lugar de muro de alvenaria - e não dispõem de qual-

Feirantes aparecem como fornecedores da Prefeitura

A reportagem que abordou o esquema fraudulento no município de Bela Vista do Maranhão, mostrou que a Prefeitura municipal utilizou nomes de feirantes como supostos fornecedores para a prática de desvio de recursos públicos.

timas do esquema.

Luciana da Conceição Cantanhede, sócia de uma das empresas investigadas pelo MPF, afirmou não possuir nenhuma empresa vinculada ao seu nome. Ela admitiu, contudo, ter se associado a um parente.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 05 / 07 / 2017	Página 02	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

TRANSPORTE.....

Rodoviários fecham acordo por reajuste

REDAÇÃO

Após um longo impasse e várias rodadas de negociação, o Sindicato dos Trabalhadores do Transporte Rodoviário do Maranhão (Strema) aceitou a proposta do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros (SET) e os rodoviários receberão um reajuste salarial de 4,08%.

Como o acordo foi assinado com este valor a partir de maio, os trabalhadores devem receber os valores retroativos a partir deste mês. A proposta aceita pela categoria também prevê um novo reajuste de 1,92% no mês de setembro totalizando os 6%. Segundo o acordo, os valores do tíquete-alimentação permanecerão congelados.

O acordo deve ser sacramentado em uma audiência de homologação no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) nos próximos dias, mas, segundo o Strema, não há possibilidade de mudança de ideia.

Resolução

O início de uma resolução ocorreu quando o TRT decidiu no dia 13 de junho que os empresários deviam conceder um aumento de 4,08%. A partir disso, ocorreram outras duas reuniões entre empresários e rodoviários que acabaram acrescentando 1,92% à decisão judicial.

Segundo a direção do Strema, apesar de entender que o reajuste deveria ser mais próximo do que o solicitado nas negociações (que era 13%), os motoristas e cobradores de ônibus estão cientes que

o novo reajuste incidirá apenas nos salários.

De acordo com o SET, um fator que onerou as despesas foi a renovação da frota dos coletivos, uma das exigências atribuídas pelo procedimento licitatório realizado pela Prefeitura de São Luís no fim do ano passado. Mesmo sem a confirmação oficial do poder público, o reajuste nos valores das tarifas dos coletivos deverá ser discutido ainda este ano.

"Mais uma vez, os trabalhadores tiveram a clara demonstração de que nossos direitos só são respeitados com muita luta, indisposição com os patrões e ameaças de cruzarmos os braços", avaliou Isaias Castelo Branco, presidente do Sindicato dos Rodoviários do Maranhão.



Mais uma vez, os trabalhadores tiveram a clara demonstração de que nossos direitos só são respeitados, com muita luta, indisposição com os patrões e ameaças de cruzarmos os braços

Isaias Castelo Branco,
presidente do Sindicato
dos Rodoviários



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input checked="" type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 5 / 07 / 2017	Página 5		

Campanha de Prevenção às Drogas é lançada em Tuntum

Cerca de mil pessoas, incluindo alunos de escolas públicas municipais, estaduais e privadas, secretários municipais, vereadores, gestores escolares, funcionários públicos, conselheiros tutelares, autoridades policiais, líderes religiosos, entre outros, lotaram a Praça São Francisco de Assis, em Tuntum (MA), no lançamento da campanha "Maranhão na Prevenção às Drogas", na última quinta-feira (29).

Além do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, participaram do lançamento o prefeito de Tuntum e presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (FAMEM), Cleomar Tema, o diretor do Fórum da Comarca, juiz Edmilson da Costa Lima, o presidente da Câmara Municipal, vereador Nelson Silva de Almeida, e o Comandante do 18º Batalhão de Polícia de Presidente Dutra, Ivaldo de Jesus Soares Barbosa.

O presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, abriu o evento agradecendo o secretário de Educação de Tuntum,



Magno Melo, pelo excelente trabalho na organização do lançamento da campanha. Tuntum é a 36ª cidade a lançar o projeto "Maranhão na Prevenção às Drogas". No município já foram aprovadas – pela Câmara de Vereadores – a Lei do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas e a Lei do Fundo de Manutenção do Conselho.

“O uso de drogas leva obrigatoriamente os jovens para a criminalidade. Quase a totalidade dos crimes advém da droga. O tráfico de drogas é o grande responsável pelos crimes de furto, roubo e tráfico de armas. Precisamos lutar e avançar para mudar esse cenário

preocupante”, assinalou o presidente do TJMA.

O juiz da comarca de Bacabal, Jorge Leite, fez a apresentação do projeto “Parceiros da Paz” – que congrega várias instituições – e da campanha “Maranhão na Prevenção às Drogas”, da qual participa como representante do Poder Judiciário.

O magistrado apresentou dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), indicando que o consumo excessivo de drogas nos Estados Unidos e na Europa fez com que os registros de overdose aumentassem em 19%.

Segundo ele, uma pesquisa nacional feita em 2016

apontou um crescimento de 55% no consumo de drogas entre os alunos do ensino médio. A pesquisa teve como parâmetro o ano de 2012. Leite informou também que o percentual de pessoas presas hoje, no Brasil, em decorrência do tráfico de drogas, é de 32,6%.

O prefeito da cidade, Cleomar Tema, falou da importância do Município abraçar a iniciativa. “Não podemos deixar a responsabilidade da criança apenas nas mãos dos nossos professores. Os pais são a base da criança. A prevenção é o único caminho para afastar nossos jovens da droga”, frisou.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 5 / 07 / 2017	Página 7		

SSP-MA registra diminuição no número de mortes violentas na Ilha de São Luís

A Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP-MA) divulgou que o primeiro semestre de 2017 terminou com diminuição do número de mortes violentas na Região Metropolitana de São Luís, em comparação ao mesmo período do ano passado.

Os dados da SSP-MA apontam uma diminuição de 12,8% no número de casos deste tipo, entre 2016 e 2017.

Em 2016, somaram-se 376 registros, contra 328 em 2017.

A estatística inclui homicídios, lesão corporal com morte e latrocínios (roubos seguidos de morte).

Em relação aos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs), critério da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) para medir o nível de violência no país, o período soma 260 registros cor-

respondentes ao ano passado contra 249 deste ano.

O que significa uma queda de 4,2% no total geral de crimes deste grupo. Considerando apenas São Luís, que detém o maior número de casos, o número caiu de 242 homicídios no semestre, em 2016; para 229 no mesmo período deste ano, o que representa uma diminuição de 5,3%.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
() O Estado do MA	() Atos e Fatos	() Política	() Cidades / Vida () Geral (X) Polícia
(X) O Imparcial	() A tarde		
() Pequeno	() Correio de Notícias		
() Debate	() O quarto poder	() Outros	
() Extra	() Internet / Blog		
DATA 07 / 07 / 2017	Página 04	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa	

Bebê de 42 dias morre vítima de estupro

Autoridades policiais investigam a morte de um bebê que teria sofrido violência sexual dentro de um hospital

BOJUMAS, CUNHA

A Polícia Judiciária de Grajaú continua investigando com o propósito de elucidar a morte do bebê H.S.S., de 42 dias, suspeito de ter sido vítima de estupro no interior de um hospital, em Imperatriz. O caso causou grande comoção e revolta na cidade.

No dia 27 de junho passado, a Casarão Hotel de Imperatriz, denominada Delegacia de Grajaú e caso e de imediato, policiais acompanhados do promotor de

Justiça Crystian Bourinbas, se dirigiram ao cemitério onde a criança havia sido sepultada a poucos momentos e reentrou o cadáver, que foi encaminhado para o Instituto Médico Legal de Imperatriz para as perícias técnicas que não comprovaram, em não, a prática delituosa.

Foi veiculado nas redes sociais de Grajaú que a mãe do bebê, senhora Maria Dilson Sousa de Silva, teria confirmado as suspeitas em entrevista a uma médica e a uma assistente social, em um hospital de Imperatriz.

CRIME EXECRÁVEL

Ele teria se apresentado para o filho recém-nascido, na maternidade de um hospital de Imperatriz, em Grajaú, em função de um diagnóstico na área externa, transferido para o Hospital Geral de Grajaú. Aquele hospital não teria recebido o bebê, pois, de acordo com o prontuário, o bebê não nasceu lá. A criança não levou o bebê para o Hospital de Imperatriz, onde nasceu o bebê, em Imperatriz, e morreu, porque que a criança exalava sangue e que um médico teria visto que ele não teria nascido lá. A mãe teria dito, a casado. A mãe não pagaria nada, portanto, o filho da mãe desta mãe, com as autoridades policiais de Grajaú, mais de 100 mil reais em sua favor e abertos.

PINHEIRO



Ninguém sabe quem executou "Xumbrega"

Mistério envolve a morte de um homem

Até ao final da tarde desta terça-feira, as unidades policiais de Pinheiro não tinham conseguido pistas que levassem à elucidação do assassinato de um homem muito conhecido na cidade como "Xumbrega". Ele foi executado com dois tiros na cabeça, no Bairro Juaz

Castelo, próximo à sede do Circo. Conta que Xumbrega nunca teve qualquer envolvimento com ilícitos. A polícia está empenhada em elucidar este mistério visto que não se trata de latrocínio, já que nem um parente da vítima foi subtraído.

CRIMINALIDADE

Redução de crimes contra a vida

O primeiro semestre do ano apresentou uma diminuição expressiva no número de mortes violentas na região metropolitana de São Luís, comparado ao mesmo período do ano passado. Os dados apontam 12,8% menos casos deste tipo, entre 2016 e 2017, segundo a Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP-MA). São 374 registros em 2016, contra 328 em 2017, na estatística que inclui os homicídios, a lesão corporal com morte e os latrocínios (roubos seguidos de morte). São os Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs), critério da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) para medir o nível de violência no país.

No conjunto de CVLIs, o período soma 260 registros correspondentes ao ano passado, contra 249 deste ano. Uma queda de 4,2% no total geral de crimes deste grupo. Considerando a região, São Luís, que detém o maior número de casos, registrou 242 homicídios no semestre, em 2016, este ano, caiu para 229 no mesmo período – uma diminuição de

5,3%. A ação policial é constante, firme e direta no combate à criminalidade e resulta de um trabalho coeso com todas as forças da Segurança, destaca o superintendente de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP), Leonardo Diniz. "Temos o apoio unânime do Governo, do nosso secretariado e o reconhecimento da população. As dificuldades existem, mas temos conseguido driblar com planejamento, operações preventivas e ação direcionada para manter a paz e a ordem, garantindo o bem-estar dos cidadãos", enfatiza.

O reaparelhamento e reestruturação das polícias Civil e Militar promovidos desde o primeiro ano da gestão Flávio Dino contribuíram para a diminuição do número de mortes, destaca o titular do SHPP. O superintendente ressalta, ainda, a criação das Superintendências Especializadas nos crimes de maior demanda – a exemplo do SHPP, a descentralização da atividade policial e a maior integração entre polícia e sociedade são outros contribuintes para a queda dos casos.



As dificuldades existem, mas temos conseguido driblar com planejamento, operações preventivas e ação direcionada para manter a paz e a ordem, garantindo o bem-estar dos cidadãos

Leonardo Diniz, superintendente de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP)

BRASÍLIA

Suspeito de matar está desaparecido

A Polícia Civil ainda não prendeu o jovem suspeito de matar o DJ Yago Linhares, 34, 23 anos, com dois tiros, na saída de uma festa no Couce, em Brasília. Segundo informações da corporação, as investigações da 5ª Delegacia de Polícia (Área Central) estão em diligência para realizar o prisão do suspeito. O crime aconteceu por volta das 3h da manhã de domingo (2).

A família de Yago e de São Luís e o corpo do jovem está na terra natal. O enterro aconteceu nesta terça-feira (3). A prima de Sik, Nadja Villela, contou que o jovem nasceu em São Luís e foi para Brasília estudar e trabalhar, para realizar o sonho de ser DJ. "Era muito tranquilo, vivia com os amigos, iam muito fundo, que estava muito de memória, de festa, coisa que os amigos na idade dele gostam de fazer. Nunca imaginamos uma tragédia dessas com uma criança tão bem tratado por Deus", testemunha afirmada que

Era muito tranquilo, vivia com os amigos, um menino Lindo
Nadja Villela, prima

Yago foi alvejado ao defender a amigos que estava sendo agredido fisicamente pelo assassino. Segundo informações da Polícia Militar, o suspeito tem 25 anos, como Yago, e seria morador de um condomínio do Lago Sul. Ele também já teria sido preso por porte ilegal de arma de fogo.

Os organizadores da festa contaram que o outro jovem envolvido na discussão, suposto autor do crime, foi expulso pelos seguranças e esperou Yago

do lado de fora de casa montado com uma arma. A organização da festa divulgou uma nota sobre o ocorrido.

No dia, os empresários firmaram o ocorrido e garantiram que, em 10 anos de festa, nenhuma brigada grave havia acontecido. Os organizadores garantiram que a segurança dos convidados é sempre uma prioridade, mas, nesse caso, não havia nada que eles pudessem fazer, pois o crime aconteceu fora do estabelecimento.

AVISO DE LICITAÇÃO
Licitação n.º 01/2016

O P.M. do Campus São João do Maranhão, localizada no Avenida dos Coqueiros, Vila Esplanada, São Luís - MA, tem a publicação de editais para contratação com a Lic. Federal n.º 684/03, mediante LEMÃO, para aquisição e prestação de bens móveis. A sessão de abertura será em 20/07/2017, às 10:00 horas, no Auditório do Campus Maranhão. Informações e Editais estão à disposição no site: www.pmpm.com.br

Comissão de Atendimento de Bens Móveis Interiores
Paraná, em 16 de junho de 2016.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

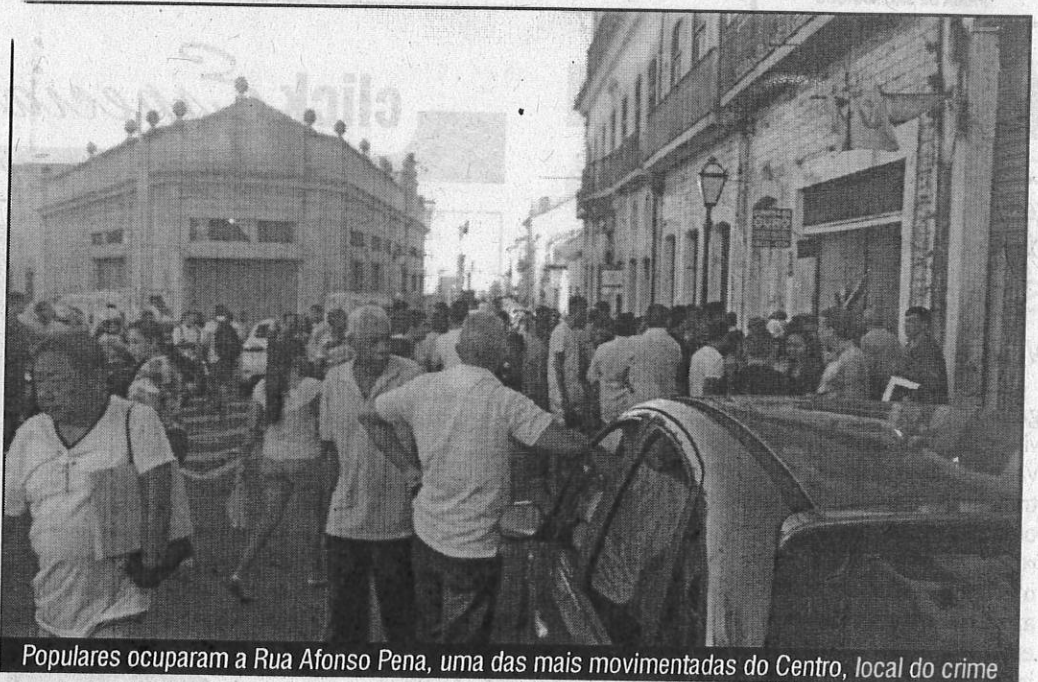
VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input checked="" type="checkbox"/> Geral
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Noticias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 5 / 07 / 2017	Página 6		

Comerciante é baleado na cabeça ao reagir a assalto na Rua Afonso Pena

O comerciante, identificado até o fechamento dessa matéria, apenas como Ari, foi baleado na cabeça durante uma tentativa de assalto por volta das 16 horas desta terça-feira (4), em sua loja de vendas e consertos de joias, na Rua Afonso Pena, um dos pontos de bastante movimento no Centro de São Luís, próximo à Rua Grande.

No momento da tentativa do assalto o comerciante, que foi surpreendido por dois elementos, estava sozinho no local e reagiu, entrando em luta corporal com um dos bandidos que estava armado. Durante a luta, a arma do bandido caiu, mas foi rapidamente pega pelo comparsa que não hesitou e atirou na cabeça da vítima, que caiu em uma poça de sangue.

Após o crime os dois elementos fugiram, tomando



Populares ocuparam a Rua Afonso Pena, uma das mais movimentadas do Centro, local do crime

rumo ignorado, em uma moto que não foi identificada. Várias viaturas da Polícia Militar estiveram no local, mas até o início da noite os criminosos

não haviam sido presos. Também não há informações se os bandidos conseguiram levar joias ou dinheiro durante a ação.

O comerciante foi socorrido por populares que ouviram o disparo e levaram para o Socorrão I. O seu estado, segundo o boletim médico, é grave.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA <u>5</u> / 07 / 2017	Página <u>12</u>	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Homem é executado com tiros na cabeça na cidade de Pinheiro

Um homem identificado apenas pela alcunha de "Xumbega" foi assassinado com disparos de arma de fogo na noite desta segunda-feira (3), no bairro João Castelo, localizado em Pinheiro, cidade situada na Baixada Maranhense. O 10º Batalhão de Polícia Militar (BPM) contou que ele foi encontrado morto com perfurações na cabeça, depois de sair da casa de amigos. Segundo a polícia, "Xumbega" estava em um momento descontraído com amigos, quando teria recebido uma ligação. Após desligar o aparelho, ele teria dito aos colegas que iria resolver uma "parada" e que não demoraria. Porém, minutos depois, ele foi achado morto em uma rua do bairro. Para a Polícia Civil, pode se tratar de um latrocínio (roubo que resulta em morte), pois os seus pertences não foram encontrados. O corpo dele foi levado ao Hospital Antenor de Abreu, localizado no mesmo município. Os amigos do homem disseram que ele nunca se envolveu com a criminalidade e muito menos em confusões. (NM)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA <input checked="" type="checkbox"/> / 07 / 2017	Página 12	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Cinco paraenses são presos por depredar sede de torcida do Sampaio em São Luís

Nilson Patrick Rodrigues Soares, Rogério Wallace Favacho Penha, Flávio Alexandre Silva Souza, Isaac dos Santos Moraes e Joubert Samir Mattos Paixão, que são paraenses, foram presos pelo Batalhão de Choque, na noite de segunda-feira (3). A prisão aconteceu após os cinco homens depredarem a sede da torcida organizada "Dragões da Fiel", do Sampaio Corrêa, além de agredir o torcedor Carlos Diego Maranhão Oliveira, nas proximidades do Elevado Alcione Nazaré, em São Luís.

O tenente-coronel Wellington, comandante do Choque, disse que a guarnição seguia ao Estádio

Castelão, quando interrompeu o percurso para se deslocar ao Elevado Alcione Nazaré, após ser alertada por agentes da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT) sobre um suposto confronto entre torcidas. Lá, os policiais militares conseguiram dispersar a multidão com o uso dos cães Axel e Sertão. Depois, os militares conduziram os cinco torcedores do Remo para o Plantão Central das Cajazeiras por terem agredido um do Sampaio depois de terem invadido a sede de uma torcida organizada. Todavia, foram liberados após pagamento de fiança estabelecida pelo delegado no valor de R\$ 1 mil. (NM)

Divulgação/PM



Torcedores do Remo presos após invadirem sede da "Dragões da Fiel", na Vila Ivar Saldanha



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input type="checkbox"/> Outros	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA <input checked="" type="checkbox"/> / 07 / 2017	Página <input checked="" type="checkbox"/>		

Caso de Açailândia Mantidas prisões de delegado e mais quatro pessoas capturadas por corrupção

Divulgação

Em audiência de custódia ocorrida nessa terça-feira (4), no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, em São Luís, o Poder Judiciário manteve a prisão preventiva de cinco pessoas presas em Açailândia por conta de um esquema de corrupção no 1º Distrito Policial (DP) da cidade. Dentre os investigados, há o delegado Thiago Fillipini e um advogado, que foram capturados no dia 28 de junho.

O **Jornal Pequeno** soube, por meio da Assessoria de Comunicação do Fórum, que a audiência começou no turno matutino, mas terminou no fim da tarde, pouco antes das 18h. Ao fim da sessão, o juiz Francisco Ronaldo Maciel Oliveira, titular da 1ª Vara Criminal da Comarca de São Luís, decidiu manter a prisão preventiva dos cinco capturados na operação deflagrada pela Superintendência Estadual de Combate à Corrupção (Seccor), em Açailândia.

O CASO

No dia 28 de junho, foram detidos o delegado Thiago,



Por decisão do Judiciário, o delegado Thiago Fillipini e mais quatro pessoas vão permanecer presos

que foi nomeado em pouco tempo para ingressar na Polícia Civil; a escrivã Sílvia Helena Alves; investigador Gláuber Santos da Costa; o carcereiro Mauricélio Costa Silva, e o advogado Eric Nascimento, após diversas denúncias repassadas ao Ministério Público. Segundo explicado na época pelo delegado-

geral Lawrence Melo, o grupo foi localizado a partir de uma determinação da Vara de Combate ao Crime Organizado.

No lugar de proceder como orienta a legalidade, seguindo os padrões éticos e profissionais, eles agiam no sentido de beneficiar criminosos que eram levados ao 1º DP para serem interrogados e posteriormente autuados. O delegado Thiago e os demais negociavam valores com os suspeitos, para que escapassem da lavratura de um auto de prisão. O delegado-geral contou que o advogado fazia parte do esquema somente para "maquiar" uma defesa do criminoso, mas ele também recebia o dinheiro, que era dividido para todos da organização.

Conforme Lawrence, há comprovação do esquema por meio de testemunhas e também na materialidade, pois Fillipini ordenava que até mesmo dados registrados no sistema da Secretaria de Segurança Pública fossem modificados em prol dos bandidos que eram levados à delegacia. (NELSON MELO)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA 07 / 07 / 2017	Página 12	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Comerciante é baleado na cabeça em assalto a loja de compra e venda de ouro

NELSON MELO

Um comerciante, identificado como Arioston Barbosa Magalhães, foi baleado na cabeça, no fim da tarde dessa terça-feira (4), no início da Rua Afonso Pena, no Centro Histórico de São Luís. Ele estava em sua loja, que compra, vende e conserta peças de ouro, quando foi abordado por dois criminosos, mas teria reagido ao assalto, segundo informações do 9º Batalhão de Polícia Militar (BPM).

De acordo com o apurado pela reportagem do **Jornal Pequeno** no local com policiais militares do 9º BPM, o comerciante estava sozinho na loja, ao que dois homens entraram no estabelecimento e anunciaram o assalto. Porém, Ari (como é conhecido por amigos) teria reagido e travado uma luta corporal com um dos criminosos, que portava uma pistola, tendo a



G. Ferreira

Populares se aglomeraram na porta da loja, na qual o comerciante foi baleado por assaltantes

arma caído ao chão. O comparsa, então, recolheu a pistola e acertou a cabeça da vítima.

Os criminosos saíram do local em uma motocicleta e teriam levado

joias e uma quantia em dinheiro. Enquanto isso, Ari, que perdeu muito sangue no estabelecimento comercial, foi colocado em um carro e levado por seu filho ao

Hospital Municipal Djalma Marques (Socorrão 1). Seu estado de saúde é considerado grave. Muitos curiosos se aglomeraram em frente ao comércio da vítima, que é bastante conhecida na região.

Militares do 9º Batalhão e também da Companhia de Policiamento Independente de Turismo (Cptur) fizeram rondas em todo o Centro Histórico, a fim de localizar os bandidos, mas não tiveram sucesso nas buscas. Há informações de que os suspeitos já estavam fazendo "monitoramentos" na ouriversaria há alguns dias e apenas aguardavam o momento certo para agir, ou seja, quando o comerciante estivesse sozinho, pois ele sempre fica acompanhado de sua mulher.

Até o fechamento desta edição, não havia informações sobre o estado de saúde do comerciante baleado.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input checked="" type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA 5 / 07 / 2017	Página 8	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

Mulheres são presas após furtar loja de artigos de festa



Cláudia Suelly e Silvana Cristina

Duas mulheres foram presas após furtarem uma loja de artigos de festa, que fica localizada na rua de Santana, no Centro da capital. De acordo com as informações do boletim de ocorrência, as suspeitas entraram na loja e colocaram várias objetos em uma sacola plástica e saiu da loja.

O furto foi flagrado por uma das funcionárias, que acionou a polícia. Cláudia Suelly de Lima, 37 anos e Silvana Cristina dos Santos, 29 anos, foram presas em flagrante.

Com elas foram encontrados sacos de balão, velas de aniversário, livros entre outros artigos. Ainda de acordo com a polícia, as duas integram uma quadrilha especializada em furtos oriundas do estado do Pará.